

TRABALHOS COMPLETOS
ANAIS

XI COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE

Eixo 10. Educação Popular e Saúde

ISSN 2525-9393
V.1, 2021



PAULO FREIRE
100 ANOS...

DA LEITURA DE MUNDO À
EMANCIPAÇÃO DOS POVOS !

Maria Erivalda dos Santos Torres
Ricardo Santos de Almeida
Maria Aparecida Vieira de Melo
(Orgs.)



**XI COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO
FREIRE
EIXO 10. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
ISSN 2525-9393
Vol. 1
2021**

**XI COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO
FREIRE**
EIXO 10. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
16 A 19 DE SETEMBRO DE 2021
REALIZAÇÃO: CENTRO PAULO FREIRE-ESTUDOS E
PESQUISA
LOCAL: EVENTO VIRTUAL



Recife, PE
2021

Produzido por:

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Educação (CE), Recife, Pernambuco, Brasil.

CEP: 50740-530

<https://www.centropaulofreire.com.br/>

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

CONSELHO EDITORIAL CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS

Agostinho da Silva Rosas	UPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Paula de Abreu Costa de Moura	UFRJ e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Maria Saul	PUC/SP e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Eliete Correia dos Santos	UEPB – Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Inés María Fernández Mouján	Cátedra Paulo Freire, Universidad Nacional de Mar del Plata, Centro de Investigaciones y Estudios en Teoría Poscolonial, Universidad Nacional de Rosario, Argentina e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Inez Maria Fornari de Souza	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	Universidade de Coimbra/Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Luiza Cortesão	Professora Emérita da Universidade do Porto, Presidente do Instituto Paulo Freire de Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Aparecida Vieira de Melo	UFRN e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Fernanda dos Santos Alencar	UFPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Mírian Patrícia Burgos	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e Instituto Paulo Freire de Portugal
Ricardo Santos de Almeida	IFAL, UFAL/NUAGRÁRIO, Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS – TRABALHOS COMPLETOS

Maria Erivalda dos Santos Torres

Ricardo Santos de Almeida

Maria Aparecida Vieira de Melo

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XI COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE

Coordenação geral: Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta
do CPFreire)

Anderson Fernandes (UFAPE)

Aluizio Severino de Arruda (Fórum EJA PE)

Ana Paula Abreu Moura (UFRJ)

Anair Silva Lins e Mello (SEE, AMESG/FADIMAB, CPFreire)

Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho (Fórum Piauiense de EJA-PI/
UFPI)

Cícera Maria do Nascimento (FME de Caruaru e CPFreire)

Cinthyá Lúcia Martins Torres Saraiva de Melo (UFPE-CAA)

Eduardo Jorge Lopes da Silva (UFPB)

Eliene Amorim de Almeida (FAFIRE)

Fernanda da Costa Guimarães Carvalho (UFPE-CE)

Flavia Tereza da Silva (MST)

Inez Maria Fornari de Souza (CPFreire)

José Paulino (FAFIRE)

Jozeilda Grinauria Menino (Fórum EJA/PE)

Laerte Leonaldo Pereira (UFPE - CAA)

Maria Aparecida Vieira de Melo (CPFreire e UFRN)

Maria Fernanda dos Santos Alencar (UFPE-CAA)

Maria Kaliza de Arruda Pinheiro (FPEJA-RN)

Maria Lúcia de Oliveira (SINTEPE)

Maria Oliveira de Moraes (FEJA-PB)

Nelino José Azevedo de Mendonça (Poli/UPE)

Poliana Maria Farias de Arruda (CPFreire)

Ranúsia Pereira Silva (FPEJA-Sergipe/SEDUC-Sergipe)

Regileno Luis de Souza Lima (FAEJA)

Ricardo Santos de Almeida (IFAL/CPFreire)

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XI COLÓQUIO
INTERNACIONAL PAULO FREIRE**

Rita de Cássia Lima Alves (Fórum EJA-Ceará/SME de Fortaleza)
Targelia de Souza Albuquerque (UFPE/CPFReire)
Virgínia Renata Vilar da Silva (UFPE)
Viviane de Bona (UFPE)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Coordenação: Cícera Maria do Nascimento (FME Caruaru/CPFReire)
Ana Maria Santos de Araújo (UFRN-CERES/Caicó)
Flavia Tereza da Silva (MST)
Joseane Maria dos Santos (UFRN-CERES-Caicó)
Jozeilda Grinauria Menino (Fórum EJA-PE)
Liz Araújo (Fórum Potiguar de EJA/Subcoordenadoria Estadual de
EJA)
Luciomar Vita Machado (Sindipetro-BA/Fórum Estadual de EJA-
BA)
Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta do CPFReire)
Maria Kaliza de Arruda Pinheiro (FPEJA)
Maria Oliveira de Moraes (FEEJA-PB)
Marlúcia Lima de Sousa Meneses (CNDE-PI/FEJA-PI)
Ranusia Pereira da Silva (Fórum Permanente da EJA-SE/FEJA)
Regileno Luis de Souza Lima (FAEJA-AL)
Rita de Cássia Lima Alves (FEJA-CE)
Verônica Medeiros Pereira (UFRN-CERES-Caicó)

COMISSÃO DE CULTURA

Flavia Tereza da Silva (MST)
Inez Maria Fornari de Souza (CPFReire)
Karla Tereza Amélia Fornari de Souza (CPFReire)
Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta do CPFReire)
Regileno Luis de Souza Lima (FAEJA-AL)
Rigoberto Fúlvio de Melo Arantes (CPFReire)
Rita de Cássia Lima Alves (FEJA-CE)

COMISSÃO DE LIBRAS

Coordenação: Laerte Leonaldo Pereira (UFPE)

Maria Erivalda dos Santos Torres (Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas – Presidenta do CPFreire)

Intérpretes:

Adiliane Silva De Paula (UFRN)

Ana Karolina Coelho da Silva (SEDUC/PE)

Bárbara Cristina Amaral Alves de Santana (UFPE)

Bruno Vinícius Ferreira dos Santos (LABLIBRAS /UFPE)

Carlos Eduardo de Oliveira (ATILSPE)

Carlos José da Silva (LABLIBRAS /UFPE)

Cleyton Bueno Silva Costa (LABLIBRAS /UFPE)

Danilo Jatobá Santana (UFAL)

Douglas Santos Oliveira (UFG)

Eduardo Calisto dos Santos (DuCalisto / PE)

Efraim Canuto Ferreira - (ATILSPE)

Fabiola Macedo Dias (UFRN)

Fernanda Roberta de Souza Pereira (SEDUC/PE)

Irany Cristina Gonçalves da Silva (UFPE)

Izabela Araújo Carneiro Rodrigues (SEDUC / PE)

Janaina Maria da Silva (IFPE)

Jessika da Silva Garcia (CMIL /CG –MS)

José Dãrley Santos do Nascimento (SEDUC/PE)

José Roniero Diodato (UFPE)

José Roniero Diodato (UFPE)

Joyce Mary Sabino Silva Moura (SEDUC / PE)

Juveirce Christiane Medeiros Ramos Condi (CMIL/CG –MS)

Kilma Karla Cavalcanti de Oliveira (SEDUC / PE)

Leandra Agostinho (DAIN / UERN)

Lucas Leonardo do Nascimento (LL Interpretações - Jaboatão / PE)

Márcio Teófilo De Assis (UFRN)

Maria Patrícia Lourenço Barros

Maridalva Varela (DAIN / UERN)

Nehemias Nasaré Lourenço (Centro de Estudos Levy / CG –PB)

Renata Cândida de Oliveira Garcia

Rita Daniely de Moura Silva (ATILSPE)

Intérpretes:

Roberta Maria de Andrade Silveira (SEDUC / PE)
Roberto Carlos Silva dos Santos (UFPE)
Rodrigo Carvalho Cavalcanti (UFRN)
Ronny Diogenes de Menezes (UFRN)
Silvana de Sá Ferreira (Itabira / MG)
Sofia Oliveira Pereira dos Anjos Coimbra da Silva (UFG)
Taanake Mathias Soares Batista (UFRN)
Thiago Cezar de Araújo Aquino (UFPE)
Thúlio Manoel Espinhara Marques (SEE/PE)
Tiago Moreira Cerqueira (UFRN)
Valdir Balbuena (CMIL/CG – MS)
Wender Paulo de Almeida Torres (Sala AEE -Rio Largo / AL)
Wilsynnara Melo Da Silva Lira (UFRN)
Yanak Ferreira Da Silva (UFRN)
Yone Regina de Oliveira Silva (SEDUC /PE)

COMISSÃO DE MONITORIA

José Paulino Peixoto Filho (FAFIRE)
Eliene Amorim de Almeida (FAFIRE)
Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta do CPFreire)
Nayde Lima (CPFreire)
Poliana Arruda (CPFreire)

MONITORAS(ES)

Adeilza de Souza (FAFIRE)
Alba Flora Pereira (PPGEDUMATEC/UFPE)
Alidiane Ferreira da Silva (GRE/ Salgueiro)
Ana Carolina de Souza Ferreira (UEPB)
Ana Maria Santos de Araújo (UFRN)
Andréa Duarte da Silva (PPGE/UFPE)
Bruno César de Farias Melo (UFRPE)
Erica Caiane dos Santos Lima (FAFIRE)
Ewerton Rafael Raimundo Gomes (UEPB)
Francisco das Chagas da Paz Soares (UFPI)
Gabriele da Silva Antunes (UECE)

MONITORAS(ES)

Geysiane Felipe do Nascimento (UFPB)
Guilhermina M. Pimentel da Silveira (UECE)
Helen Kassia Barbosa Rago Pereira (FAFIRE)
 Hulda Lourenço Alves da Silva (UFPE)
 Jean Felix Borges (UEPB)
Jessica Milane Guedes Freerira (FAMAM)
Joana Vitória Gonçalves Bezerra (UFPE)
 Joana Maria Rodrigues Alves (UFPE)
 João Gabriele Pereira da Silva (UFPE)
 Joice Silva Ferraz (UEPB)
 Joseane Maria dos Santos (UFRN)
 Leandro Alexandre da Silva (UFPE)
Letícia Gabriely Fernade da Nóbrega (UFRN)
 Luciano Santo de Abreu (UFPE)
 Maria Clara Carneiro Câmara (UFRN)
 Maristela Costa Coelho (SESC/PI)
 Maria Naiara da Silva Araújo (Mulungu/CE)
 Maria Veiga Damasco de Lima (UFPE)
 Mariana Louisa O. Lima C. de Araújo (FAFIRE)
Mário dos Santos de Assis (PPGEDUMATEC/UFPE)
 Priscila Batista Ribeiro (UFRPE)
Renata Patícia Jorge dos Santos Barbosa (FAFIRE)
 Rayssa de Moraes da Silva (UFPE)
 Samuel Lopes dos Santos (IFPB)
 Sandóelia Barbosa de Sousa (FPO/CE)
 Sirlane Freitas lacerda (UESBA/MG)
 Verônica Medeiros Pereira (UFRN)

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO DOS ANAIS E EBOOKS

Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta do CPFreire)
 Maria Aparecida Vieira de Melo (CPFreire e UFRN)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DAS NORMAS PARA AS MESAS E COMUNICAÇÕES ORAIS

Maria Erivalda dos Santos Torres (Presidenta do CPFreire)

Maria Aparecida Vieira de Melo (CPFreire e UFRN)
Cinthyá Lúcia Martins Torres Saraiva de Melo (UFPE-CAA)
Maria Fernanda dos Santos Alencar (UFPE-CAA)

COMISSÃO CIENTÍFICA
COORDENAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Anderson Fernandes de Alencar Universidade Federal do Agreste
de Pernambuco - UFAPE
Viviane de Bona Universidade Federal de
Pernambuco - UFPE

EIXO 10. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

AVALIADORES/AS

NOME	INSTITUIÇÃO
Maria Fernanda dos Santos Alencar	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Paulette Cavalcanti de Albuquerque	Fio Cruz-PE e UPE
Silvina Julia Fernández	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

COORDENAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO EIXO
TEMÁTICO 10. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

Virginia Renata Vilar da Silva –UFPE

MONITORIA DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Elane Silvino da Silva
Maria Aline da Silva
Maria Edineide Freitas Santos Barbosa

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Colaboração, revisão e diagramação: Ricardo Santos de Almeida

Capa diagramada a partir da foto original disponível em: <https://sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2016/09/paulo-freire-4-600x300.jpg>

AUTORIZAMOS A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

A EXATIDÃO DAS REFERÊNCIAS E AS IDEIAS EXPRESSAS E/OU DEFENDIDAS NOS TEXTOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DOS ARTIGOS

Copyright © 2021. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio. Lei n. 9.610 de 19/02/1998 (Lei dos Direitos Autorais).

2021. Escrito e produzido no Brasil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Cícera Maria do Nascimento	
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: TECENDO CONSIDERAÇÕES	10
Samuel Lopes dos Santos	
EDUCAÇÃO POPULAR: O ESPELHO DE SI MESMA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	26
Alexsandra Oliveira Santos	
Cristiane Andrade Fernandes	
Fernanda Andrade Vieira	
NOSSOS PARCEIROS NA REALIZAÇÃO DO EVENTO	44

APRESENTAÇÃO

No eixo temático 10 intitulado Educação Popular e Saúde aconteceu a partilha de dois trabalhos:

O primeiro, **EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: TECENDO CONSIDERAÇÕES** de Samuel Lopes dos Santos apresenta no seu texto os processos de construção da Educação Popular em Saúde (EPS) no contexto da luta pela consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). O autor destaca que essa construção foi permeada por muita luta e construção coletiva através de processos vem sendo consolidados e legitimados por gestões/governos na última década no Brasil, frente às reivindicações dos movimentos sociais populares, inseridos e engajados na luta pela efetivação da EPS enquanto política de saúde. O texto também é um convite para compreendermos uma das valiosas categorias do mestre Paulo Freire: emancipação!

No segundo trabalho intitulado **EDUCAÇÃO POPULAR: O ESPELHO DE SI MESMA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES** de Alexsandra Oliveira Santos, Cristiane Andrade Fernandes e Fernanda Andrade Vieira apresentam um relato dos círculos de cultura animados pelo Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos- /Ilhéus-Bahia (NEP) a partir do jogo do espelho desenvolvido pela Major da PM/BA, Denice Santiago, objetivando fortalecer as mulheres vítimas de violência à acionarem as redes de denúncia e proteção. Para as autoras este é o grande diferencial do jogo, pois propicia às mulheres o espelhamento ao olhar para si mesmas diante das situações colocadas no jogo e na sua própria vida. As categorias amorosidade e conscientização são pulsantes no relato.

Boa leitura!

Cícera Maria do Nascimento

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: TECENDO CONSIDERAÇÕES

Samuel Lopes dos Santos

RESUMO: O presente trabalho objetiva realçar os percalços e avanços evidenciados, na perspectiva da legitimação da Educação Popular em Saúde (EPS) na esfera estatal ancorado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e como esses processos vêm sendo consolidados e legitimados por gestões/governos na última década no Brasil, frente às reivindicações dos movimentos sociais populares, inseridos e engajados na luta pela efetivação da EPS enquanto política de saúde. Para a construção de nossas análises percorremos na literatura especializada com ênfase nos autores: Fleuri (1989), Freire (2002), Silva (2013), Vasconcelos (2017). Para tanto, reiteramos brevemente cada contexto histórico até a sua fase institucionalizada na atualidade, notadamente com centralidade em arenas de disputas ideológicas ante interesses antagônicos latentes.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Social. Gestão Democrática. Movimentos Sociais. Política de Saúde.

INTRODUÇÃO

A presente elaboração traz em seu enredo, o contexto de consolidação institucional da Educação Popular no setor Saúde, busca analisar, os caminhos percorridos pelos movimentos sociais populares em defesa dessa prática, no processo de legitimação como política pública, contida na estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), suscetível de atenção, investimento e continuidade, com ampla visibilidade nos moldes do planejamento estratégicos de todas as esferas de governo.

Nas palavras de Silva (2013, p. 20) a Educação Popular em Saúde (EPS), passou por “[...] construções forjadas coletivamente em meio aos embates de uma gestão caracterizada pelo ambiente de disputas”. Implementada no interior de governos desenvolvimentistas, sua constituição enquanto política se deu em

espaços de interesses antagônicos, sobretudo, em arenas de conflitos, como percebemos em vários momentos em nossa história recente.

Identificamos a partir do surgimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e dos atores envolvidos nas lutas sociais por melhores condições de vida e saúde, a influência dos movimentos e dos contextos sociopolítico e econômico, a partir da mobilização de blocos de forças pelo movimento sanitário.

A nossa proposta é permitir instigar a provocação e questionamentos, para analisarmos onde avançamos e onde não efetivamos, tendo em vista que; “O corpo teórico e metodológico da Educação Popular provê bases pedagógicas que pressupõe a formação de cidadãos com consciência crítica, ativa e reflexiva, portanto questionadora [...]”, como nos lembra Santos (1996, p. 30).

O desejo que nos atravessa na construção dessa elaboração é contribuir, alargando o leque de produções científicas sobre a EPS. Nesse intuito, não se configura como o fechamento das discussões, mas a continuação do debate incansável denotando um legado importante para pesquisadores, estudiosos e educadores e para todos que se dedicam com práticas nesse âmbito.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA LUTA POR SAÚDE NO BRASIL

Partimos do pressuposto de que o progresso da democratização da saúde ganhou corpo no movimento de RSB construída em meados da década de 1970, cujo objetivo centrava na luta pela democratização do Estado e na formulação de um projeto contra-hegemônico direcionado à ampliação da consciência sanitária¹ e do direito à saúde, que visava à reconstrução da sociedade em novas bases assumindo um caráter inovador e uma prática política alternativa.

Silva (1973) assegura que “a expressão ‘reforma sanitária’² aparece no Brasil em 1973 em artigo sobre as origens da Medicina

¹ Conceito fundamental da Reforma Sanitária.

² No Brasil o uso desta terminologia foi introduzida em razão da Reforma Sanitária Italiana.

Preventiva no ensino médico”. (*apud* PAIM, 2012, p. 09). Esse Movimento inicia-se dentro da própria articulação do Projeto de Reforma Sanitária, que segundo Paim (2012, p. 14) “[...] implicava um conjunto articulado de mudanças, surgia da sociedade civil, como parte de um projeto de transformação social que não se restringia ao setor saúde, não sendo um processo homogêneo, mas recheado de contradições e diversas direções ideopolíticas”.

A elaboração do Projeto de Reforma Sanitária contou com a colaboração das instituições de referência em saúde através de pesquisadores e professores do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), cuja fundação se deu no ano de 1976 e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) fundada em 1979, ambos precursores da ideia da RSB.

Em 1979 a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou o Simpósio Nacional de Política de Saúde. Nesse encontro o CEBES e a ABRASCO apresentaram um documento que determinou a inserção das posições dos sanitaristas frente às questões de saúde na agenda de discussão do Congresso.

Assim, é necessário considerá-la como um processo e não apenas como um projeto que nas palavras de Paim (2012, p. 08-09) “[...] fez parte da história das políticas de saúde no Brasil e que desembocou na famosa VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS)”, realizada em 1986, marco no processo pela consolidação da RSB. Contou com a participação efetiva de mais de quatro mil pessoas, dentre as quais, mil foram delegados com direito a voz e voto, fruto de uma constante mobilização e articulação.

Ao término da VIII Conferência fortaleceu-se o entendimento sobre o conceito amplo de saúde, onde a RSB foi compreendida para além de uma reforma administrativa e financeira, passando-se a exigir “[...] uma reformulação mais profunda, e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde” (SILVA, 2013, p. 161).

Em consonância com os documentos elaborados, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) publicou o *Jornal da Reforma Sanitária* para divulgá-la, concomitantemente o Governo Federal criou a

Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS) que produziu de imediato “[...] um texto encaminhado à Assembleia Constituinte como subsídio para o capítulo saúde da Constituição. A sua concepção sobre a RSB, no entanto, reduzia-se a uma reforma do setor saúde, ou seja, uma mudança apenas no sistema de serviços de saúde [...]” (BRASIL, 1987b *apud* PAIM, 2012, p. 12).

Neste cenário social e político em que vivia o Estado Brasileiro o momento era de discussão de um novo modelo de saúde, incorporando reivindicações do movimento sanitário, estabelecendo-se os princípios na Constituição Federal de 1988 (CF), expressos nos Artigos 196 a 200, e para alcance desses princípios estabeleceram diretrizes organizativas, sendo asseguradas em cumprimento ao pressuposto constitucional.

Na própria formulação da CF/88 deixa explícito que no processo constituinte como assegura Bravo (2011, p. 62-63) o bloco vitorioso na correlação de forças foi o que representava o grande capital, onde as articulações de partidos de direita tiveram maior representatividade, convergindo para a polarização dos debates entre direita e esquerda. Nesta esteira, desde a sua formulação até a promulgação em 19 de setembro de 1990 a **Lei nº 8.080/90**, intitulada de Lei Orgânica da Saúde (LOS) sofreu ataques com a proposta de privatizações que desmontam a proposta central do SUS.

Com a aprovação da **Lei nº 8.142/1990**³, de 28 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL, 1990, s/p). A mesma, estabelece as instâncias de controle social constituídas pela Lei Orgânica da Saúde inicialmente, em que um dos princípios do SUS é a democracia participativa. As expressões mais conhecidas e acessadas foram e são até a atualidade os Conselhos e as Conferências de Saúde nas três instâncias: Municipal, Estadual e Nacional.

Com a criação do SUS o movimento sanitário não se esgota em sua totalidade, ou seja, não se diluiu, os atores e sujeitos coletivos

³ A Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 aprovou as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

continuam persistindo na luta em defesa da saúde pública, universal e com qualidade na oferta, suas bases de articulação permanecem até os dias atuais com seu caráter transformador, unindo forças para continuar lutando e mantendo viva a chama da RSB, principalmente em tempos nefastos de retiradas e ataque aos direitos exclusivamente o direito humano à saúde.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR: UM ENCONTRO COM A SAÚDE COLETIVA

Inicialmente é importante mencionar que a proposta de Educação Popular é anterior ao SUS. Portanto, partiremos da sua chegada à América Latina e conseqüentemente no Brasil com as práticas sociopolíticas através da pedagogia, enfocando algumas de suas tradições face a uma fundamentação socioantropológica nesse momento a uma visão mais de educação.

Teve sua inspiração em meados dos anos 50 na Europa como atividades de ensinar a população técnicas de uso de plantas medicinais para tratamento de doenças e chás, uma espécie de PICS (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde) que temos aqui, só que de uma forma menos aprimorada, e ou realizada através da educação das classes trabalhadoras vinculadas ideologicamente e a seus movimentos históricos, como os que conhecemos.

No Brasil ganha impulso no início de 1960, associada às ideias e práticas político-pedagógicas dos movimentos de cultura popular, apesar de que “[...] não constituiu nunca um modelo único, datado e situado [...]”, como afirma Brandão (2017, p. 131).

Sobre a definição de Educação Popular não se encontra unanimidade na literatura que contemple um conceito único detentor de um sentido homogêneo, mas sinaliza-se a existência de uma diversidade de definições que nos ajudam a pensar sobre ela e buscar entendê-la em seu sentido estrito, mas para além de seus conceitos, é importante ressaltar que a Educação Popular deve ser entendida enquanto processo.

Sobre isso, Melo Neto (1999, p. 15) define como: “um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que

fundamentam ações educativas, relacionadas entre si, ordenados segundo princípios e experiências”. Outra possível definição de Educação Popular é colocada por Fleuri (1989, p. 40) quando afirma ser “um trabalho pedagógico voltado para a construção de uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos responsáveis pela produção social – os trabalhadores”.

Nesta seara, a Educação Popular nas palavras de Silva (2013, p. 50) “traz consigo princípios que ajudam a construir ferramentas de gestão em administração de governos democráticos”. O autor ainda coloca que é; “[...] uma relação de ensino-aprendizagem baseada na troca de conhecimentos e experiências [...]”. Sobre o método de Educação Popular concordamos com Vasconcelos (2006) quando conclui que passa a ser um instrumento para construção e ampliação da participação popular no gerenciamento e na orientação de políticas públicas.

O mesmo autor, realça que;

Educação Popular é uma criação latino-americana, em expansão nos outros continentes, que busca incorporar os saberes trazidos da tradição cristã de busca da solidariedade com as reflexões das ciências sociais da modernidade que apontam para a importância do enfrentamento, não apenas das relações pessoais e comunitárias injustas e destrutivas, mas também das estruturas políticas e econômicas geradoras desta injustiça e destruição. (VASCONCELOS, 2017)

Desta forma, um dos valores que lhe dá embasamento é o diálogo, como atenta Silva (2013, p. 25): “A busca pela constante coerência do princípio do diálogo se apresenta como uma das principais formas de expressão da educação popular no campo da saúde”. Melo Neto (2002, p. 21) revela que: “o diálogo, em Educação Popular provoca processos de reconstrução crítico-hermenêuticos constantes quando dos dizeres e fazeres vão se externando nas obras de seus próprios partícipes.”

O movimento de Educação Popular no campo da saúde no Brasil teve seu início no período da ditadura militar, momento em que o país atravessava um contexto de repressão às liberdades

individuais, artísticas, culturais, políticas e ideológicas, bem como, restrição dos direitos civis à liberdade de expressão e aos movimentos sociais que faziam oposição ao regime de governo autoritário e conservador.

A Educação Popular é incorporada no setor saúde mais fortemente nos anos 1970, com a mobilização feita por diversos movimentos sociais de base popular, atrelados ao campo institucional como, universidades, sindicatos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma articulação nascida no seio da Igreja Católica no Brasil e na América Latina, inspirada pelo pensamento da Teologia da Libertação.

Em 1988 é promulgada a constituição cidadã, resultado da luta de muitas lideranças políticas que defendiam os interesses da classe trabalhadora, os chamados progressistas; a Carta Magna traz em seu bojo garantias de direitos sociais, civis e políticos, instaurando uma nova fase da democracia. Assim, a Constituição da República (1988) trata da saúde e estabelece na seção II, nos artigos 196 a 198.

Historicamente vivenciou-se no Brasil uma série de agravos epidemiológicos, com o surgimento de diversas doenças das quais, muitas enfermidades foram relacionadas à pobreza, como a filariose, leptospirose, tuberculose, hanseníase, diarreias, cólera e hepatites dentre outras patologias geradas por causas externas, principalmente como violências em suas várias tipologias e expressões, nesse sentido, iniciou-se gradativamente a procura de soluções para cada determinada doença e ao que a ocasionava, ou seja as causas centrais.

Esse processo foi conduzido pelo Ministério da Saúde orientado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras autoridades sanitárias, iniciando timidamente com a realização de campanhas educativas, distribuição de vacinas, preservativos, cartilhas e material gráfico e outras medidas dentre as quais a orientação das cidades e comunidades, utilizando-se da Atenção Primária à Saúde com o PACS⁴, ensejando processos educativos centrados no modelo biomédico.

⁴ Programa Agente Comunitário de Saúde instituído nos anos 1990 e regulamentado em 1997.

Sobre essas atividades estratégicas, Silva (2013, p. 17) aponta que: “palestras e entrega de material informativo, principalmente as de panfletos, foram realizadas, na maioria de vezes, com uma abordagem individual e autoritária, com forte tendência a responsabilizar e culpabilizar as pessoas pela sua situação de adoecimento e morte”.

Nesse processo acrítico, são visíveis os princípios da educação bancária no pensamento biomédico, com forte tendência de responsabilizar e culpabilizar as pessoas pela situação de adoecimento, além de focar em ações de higiene pessoal centrada na prevenção de doenças, prevaleciam às campanhas e eventos pontuais e descontínuos, preservando a cultura curativa, microbiológica e tecnoburocrática que se sustenta numa perspectiva positivista da educação.

Ao longo da nossa história, o que se tinha eram atividades centralizadas, verticalizadas e conteudistas, ou seja, apenas focada na construção de material informativo e transmissão de conteúdos, sem a garantia de momentos de troca de saberes, muito menos ainda de reflexão da condição de adoecimento. Silva (2013, p. 35) afirma que “No caso do pensamento biomédico cartesiano, este se faz presente nas formas de cuidados que se baseiam numa visão pouco humanista das práticas médicas [...]”, visão fragmentada do ser humano sem a valorização das pessoas e da sua singularidade.

“É importante dizer que o pensamento biomédico cartesiano historicamente sustenta-se e dá sustentação a um modelo econômico e político mercantil e capitalista, onde o humano é visto como objeto a ser explorado. E isto o transforma em coisa [...]” como afirma Silva (2013, p. 43) criando assim posturas de desumanização, sem uma concepção integral, nas dimensões objetivas e subjetivas.

Enquanto a Educação Popular em Saúde trabalha com a qualidade, o processo de construção distanciada do ideário epidemiológico clássico, verticalizado, campo hegemônico do pensamento da saúde. “A saída metodológica que a educação popular propõe para essas questões é buscar subordinar o ato pedagógico ao movimento dos próprios educandos [...]” (VASCONCELOS, 2001b)

Pensar uma saúde humanizada pressupõe construir um propósito de sociedade não mercantil, repensando qual o modelo de sociedade que temos e o que queremos. Martins (2003, p. 20) relembra o utilitarismo mercantil “contribuindo para a banalização dos símbolos da vida e para a degradação dos vínculos sociais”. O sujeito é vazio, sem nenhum poder de participação na atividade educativa. Freire (2002, p. 58) afirma que “a educação torna-se um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”.

É nesse cenário geopolítico e epidemiológico que soluções foram encontradas, também a implantação dos chamados Distritos Sanitários divididos em macrorregionais de saúde, onde se localizam as Unidades de Saúde da Família (UBS), centros de saúde, policlínicas municipais, hospitais entre outros, onde acontecem processos educativos em saúde, sendo incluída a Educação Popular⁵ onde iremos nos deter a seguir.

EDUCAÇÃO POPULAR NO SETOR SAÚDE: GESTÃO PARTICIPATIVA E CONTRADIÇÕES

Historicamente a classe trabalhadora teve seu lugar de fala negligenciado, dentre os quais, destacamos os espaços de tomada de decisão coletiva, com isso, a partir do processo de redemocratização do país levantes ganharam nova roupagem no enfrentamento ao silenciamento das camadas populares em processos massivos de lutas articuladas, posteriormente os espaços instituídos pelo controle social foram primordiais para que tivéssemos uma Política de Educação Popular instituída no âmbito do SUS e outras políticas de interesse da população usuária em suas mais diversas expressões e segmentos.

Há muito tempo se reivindicava espaços pela democratização e fortalecimento da participação popular notadamente no SUS, na qual conquistamos as instâncias deliberativas e paritárias, da mesma maneira, havia militantes empenhados em superar a burocracia diante

⁵ Vasconcelos (2001, p. 15) afirma que há “uma certa crise do conceito de educação popular nos novos tempos, e ele que vem servindo para identificar e instrumentalizar a diversidade de práticas emergentes”.

do arranjo estatal, para incorporar as experiências existentes de EPS na estrutura do SUS, estes processos elementares são apontados por Vasconcelos (2017) no que tange, às vivências geradoras de perplexidades que demandaram a criação de espaços reflexivos coletivos, doravante, permitiu a construção de novos aprendizados a partir da problematização destas complexidades vivenciadas.

A experiência de Educação Popular no campo da saúde nos convida, nas palavras de Silva, (2013, p. 25) “a uma reflexão sobre a participação popular nos processos educativos no setor da saúde pública. Além disso, provoca um debate de como a EPS pode ser incorporada à formulação e execução de políticas de saúde, colaborando na democratização do SUS [...]”. Portanto, a inclusão da Educação Popular em Saúde deve ser entendida como direito.

Vasconcelos (2006, p. 3) enfatiza que não é a simples transmissão de conhecimentos, mas “a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessária à sua superação”.

Silva (2013, p. 26) retrata que “desde os anos de 1970, trabalhadores da saúde e lideranças dos movimentos sociais lutavam para o fortalecimento da educação popular em saúde e a sua incorporação nas atividades de atenção à saúde [...]”, o autor assegura ainda que muitas experiências vinham sendo desenvolvidas pelo Brasil a fora.

A corrente epistemológica hegemônica da educação na saúde representa o pensamento cartesiano da saúde e da educação, que olha e pensa o usuário como objeto [...] tais saberes passam a ser vistos de maneira fragmentada (SILVA, p. 47) prescreve procedimentos que devem ser seguidos pelos usuários.

A tensão existe entre as correntes emancipatórias de integralidade e o pensamento “bancário” da educação em saúde, cartesiano biomédico. As diferentes visões sobre saúde e educação e educação em saúde têm oportunizado confrontos de ideias, conflitos nas relações e aprendizados entre os trabalhadores da atenção básica e em vários espaços da gestão de saúde do SUS (SILVA, 2013, p. 46).

Portanto, Silva (2013, p. 33) conclui que: “a hegemonia da educação em saúde, na perspectiva bancária, tornava a proposta de EPS frágil e vulnerável às críticas e desvalorização, descréditos e retaliações” “[...] e afirma um pensamento prepotente da ciência médica, que não considera outras ciências, portanto, não permitindo dialogar com diferentes saberes nem analisar as suas contradições, estando tudo acabado e finito” (SILVA, p. 50)⁶.

Institucionalizar a educação popular em saúde, implica em experienciar um processo político de educação no setor saúde coletiva, a proposta inicial é entender como esses processos acontecem. Silva (2013, p. 06) afirma; “institucionalizar algo é, antes de tudo, estabelecer uma forma de o tornar perene”. Assim, “depois da democratização, as pessoas começaram a ocupar espaços institucionais e a criar um arcabouço jurídico e administrativo do SUS, quando o planejamento se tornou central” (VASCONCELOS, 2001, p. 263).

Silva (2013) evidencia que tal processo tem possibilitado uma participação ativa na construção de um novo significado para a ideia de saúde ao afirmar que “na área da saúde, algumas experiências recentes de institucionalização de práticas populares têm trilhado um caminho de idas e vindas nas instituições de ensino e de atenção à saúde. Essas experiências têm buscado também a participação de profissionais de saúde e usuários do SUS” (SILVA, 2013, p. 06).

A participação desses atores, nas palavras de Pedrosa (2001, p. 33) “[...] vem trazendo momentos de excelência para a discussão e recomposição de novas práticas voltadas para a promoção da saúde, como resultado da ação educativa e para a institucionalização de novas modalidades de gestão e gerenciamento participativo”.

Os trabalhadores são chamados a junto com os educadores e educadoras promoverem as ações de EPS no âmbito dos espaços e equipamentos do SUS, pois já dispõem de autonomia que os possibilitam efetivar essa política e sobretudo, melhorar seu trabalho na promoção da saúde dos usuários e usuárias da rede de atendimento

⁶ O autor ainda coloca que “um desafio permanente para quem lida com a educação popular em saúde é estar sempre atento e disposto a fazer crítica ao pensamento biomédico no cotidiano do trabalho em saúde” (SILVA, p. 51).

na estrutura da atenção primária, porta de entrada dos serviços e base de sustentação da equidade enquanto princípio do SUS, principalmente no que se refere ao processo de incentivo e formação destes para atuação no controle social com o desenvolvimento da capacidade crítica e propositiva.

Maltez (2004, p. 01) afirma que; “[...] ao institucionalizarmos, estávamos desejando o poder para quem faz educação popular em saúde no campo da saúde”. “A institucionalização do poder permite ao grupo que se continue [...] assegurar uma coesão mais estreita entre a atividade dos governantes e o esforço pedido aos governados”. Silva (2013, p. 55)

Com a incorporação da EPS nos processos de gestão, a preocupação é pensar como a educação popular pode ajudar a articular tal processos de maneira compartilhada e significada, que segundo Melo Neto (2000, p. 286) só é possível “quando há participação efetiva dos segmentos que estão nessa organização”. Rompendo com o modelo hegemônico, burguês e mercantilista, incluindo e envolvendo a população enquanto sujeitos políticos coletivos nas decisões, para assim avançar na democratização da gestão.

Para tanto, ressaltamos que:

É necessário compreender que estas diferenças de classes e de luta pela vida e pela saúde são a construção dos sujeitos em modelos e situações econômicas, culturais e sociais muito distintas e requer que as classes menos favorecidas sejam partícipes de processos educativos emancipatórios que colaborem na organização política e de luta pela saúde (SILVA, 2013, p. 07).

Silva (2013, p. 07) realça que; “a educação popular traz consigo princípios que ajudam a construir ferramentas de gestão em administração de governos democráticos” o mesmo autor salienta ainda que: implica em tornar possível um referencial de condução das políticas de saúde que esteja preocupada com o bem comum de pessoas e o atendimento de suas necessidades básicas, o que inclui o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, a participação de

trabalhadores, gestores e usuários na construção deste referencial de gestão.

A EPS tem consigo princípios fundantes e elementos norteadores para a consolidação da participação social que defende o diálogo entre os saberes da academia e os saberes populares dos usuários do SUS, colocando-os como protagonistas na operacionalização das ações, como também ajudando a pensar um modelo de gestão participativa na perspectiva de processos de decisão de maneira qualificada do ponto de vista político e administrativo.

Em suma, concordamos com Silva (2013, p. 77) quando afirma que “Necessita-se construir coletivamente novas formas de formação de cuidados e gestão na saúde que garantam os princípios de solidariedade e luta por bandeiras comuns para o exercício de cidadania e emancipação política”. O autor ainda resgata que “o processo educativo em saúde deve então se preocupar em refletir as contradições do sistema capitalista, evocando os trabalhadores da saúde a dialogar com outros trabalhadores que utilizam o SUS, levando em consideração sua realidade de vida”. Assim, podemos compreender que existem contradições na institucionalização da gestão democrática e popular, e que se faz necessário à construção de uma agenda pública para a educação popular.

Acreditamos que o lugar que a EPS ocupa hoje é o terreno da participação social articulada, não resta dúvidas que um dos ganhos presentes na carta magna de 1988 mais significativos para o exercício pleno da cidadania foi o direito de ir e vir e o direito de escolher seus representantes através do voto, mas essas garantias ganharam maior notoriedade com a criação do sistema de participação social efetivado pelo controle social como um todo, que permitiu dar voz aos excluídos e trazer para o centro do debate a sociedade civil organizada deliberando políticas públicas e reivindicando direitos básicos dentre os quais o direito à saúde universal, pública de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais a EPS é, portanto, um modo comprometido e participativo de conduzir o trabalho educativo no setor saúde. Na

perspectiva da sua realização em todos os espaços da sociedade, sendo uma estratégia engajada na construção política da superação da subordinação, exclusão e opressão que marcam a vida social e garantem a participação popular.

Lembramos o pensamento de Almeida (2017, p. 10) quando expõe: “aprender com as pessoas, conhecer suas vidas, partilhar experiências é algo mais engrandecedor do que a visão biologicista de tratar as pessoas. A cura para as doenças se torna natural e prazerosa, o aprendizado mútuo enriquece a convivência, e as amizades se perpetuam”.

Concluimos que a Política de EPS ganhou maior notoriedade por parte da população usuária diante do seu caráter institucional proporcionando uma melhor e coerente aceitação dos seus processos de articulação e organização por parte das gestões, na qual só foi possível graças à mobilização de todos os movimentos sociais e populares que se articularam promovendo o enfrentamento com pautas que reivindicaram bandeiras de lutas, galgadas em torno da inclusão e promoção da EPS.

Assim desejosos que a EPS siga cada vez mais fortalecida em seus processos institucionais, reafirmando-a com seu caráter emancipador e transformador além de ser um mecanismo extremamente necessário dentro do SUS. Sobretudo, denota um legado importante para pesquisadores, estudiosos e educadores, principalmente para as novas gerações que se ocuparão das práticas educativas nesse âmbito. Que ela continue ajudando no fortalecimento do projeto popular de saúde pública e de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.B. **Currículo invisível**: da lagarta à borboleta. In: Cadernos de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa: CCTA, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educar: ousar utopias da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: **Cadernos de extensão popular**: textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

- FLEURI, R.M. **Educação popular e universidade**. Piracicaba: Unimep, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MALTEZ, José Adelino. **Institucionalização do poder, o que?**. São Paulo: Mimeo, 2004.
- MARTINS, Paulo Henrique. **Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 86-164.
- MELO NETO, J.F. **Dialética**. João Pessoa: UFPB, 2002.
- MELO NETO, J.F. **Educação popular: uma ontologia**. In: SCOCUGLIA, A.C. (Orgs.). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999.
- PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária Brasileira e o CEBS**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.
- PEDROSA, José Ivo. **Educação popular, saúde, institucionalização: temas para debate**. In: VACONCELOS, E.M. (Org.). **A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões de rede de educação popular em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 33-36.
- SILVA, A. X. **Lutas sociais e contradições dos sujeitos políticos coletivos: no processo da Reforma Sanitária Brasileira**. Tese (Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2013.
- SILVA, J. C. **Educação Popular em Saúde: Reflexões sobre Educação em Saúde, Trabalho em Saúde e Gestão Participativa**. Recife, 2013.
- VASCONCELOS, E. M. **A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões de rede de educação popular em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- VASCONCELOS, E. M. **As trincheiras na universidade de uma guerra em andamento: a luta para preservar e construir uma sociedade que permita a todos a realização dos anseios fundamentais do coração**. In: **Cadernos de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 27-32.

XI COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE

ISSN 2525-9393

Vol. 1

2021

VASCONCELOS, E.M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: FROTA, L.H; SIMON, E. (Orgs.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

EDUCAÇÃO POPULAR: O ESPELHO DE SI MESMA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Alexsandra Oliveira Santos
Cristiane Andrade Fernandes
Fernanda Andrade Vieira

RESUMO: Apresentaremos neste artigo os processos educativos desenvolvidos a partir do Jogo do Espelho, com as mulheres do Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos-/Ilhéus-Bahia.-NEP, durante o Círculo de Cultura *online*. Este jogo apresenta a ideia de espelhamento, um conceito mobilizado a partir da psicologia social, que envolve a tática de espelhar os dramas e os sofrimentos de ordem pessoal, vivenciado por mulheres. O Jogo apresenta um tabuleiro circular, em formato de um espelho de Vênus. A metodologia escolhida pelo NEP esta pautada nos princípios freireanos do Círculo de Cultura. Consideramos que o jogo do espelho escancara dores, mas também aponta caminhos, para o acesso ao apoio psicológico, assistência social e jurídica, a fim de nos libertamos dos comportamentos violentos e abusivos que tanto nos oprimem. Este é o grande diferencial do jogo, pois propicia as mulheres o espelhamento ao olhar para si mesma diante das situações colocadas no jogo e na vida das participantes. Ainda temos um longo caminho a trilhar a respeito da efetivação de políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como o acesso à rede de proteção, contra a vulnerabilidade social, emocional e psicológica que às vítimas estão submetidas.

PALAVRAS-CHAVE: Jogo do Espelho. Violência contra a mulher. Conscientização. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos os processos educativos desenvolvidos durante o Círculo de Cultura *online* com Jogo do Espelho, a partir dos temas geradores: igualdade de gênero, violência doméstica e familiar e empoderamento da mulher, em que foram dialogados no Núcleo de

Educação Popular: diálogos freireanos-/Ilhéus-Bahia.-NEP, com as mulheres do núcleo.

O Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos foi fundado há três anos, no Território Litoral Sul em Ilhéus/Bahia, por um grupo de educadores populares, educadores leigos, professores e aposentados interessados em desenvolver a educação popular, pautada no legado de Paulo Freire.

O Jogo do espelho apresenta o formato de um tabuleiro circular, em formato de um espelho de Vênus, as casas se alternam em cinco cores relacionadas a violência contra a mulher previstas na lei Maria da Penha identificadas como: física, patrimonial, moral, psicológica e sexual. O jogo tem em proposta lúdica de sensibilização pedagógica que ao apresentar às mulheres diferentes situações cotidianas de violência, desencadeiam reflexões e diálogos coletivos.

O Jogo de tabuleiro foi criado pela policial Denice Santiago, idealizadora da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar da Bahia (PM-BA), foi uma estratégia desenvolvida, para que as mulheres, ao participarem do jogo, se percebessem também como vítimas de agressões, além de conhecerem as redes de apoio à atenção assistencial e jurídica às mulheres. Ao realizar o Círculo de Cultura Jogo do Espelho, tínhamos como questionamento entender: Como a prática do Jogo do Espelho pode contribuir para a autoconfiança das mulheres e minimizar a violência doméstica e familiar? Deste modo, o nosso objetivo foi promover o empoderamento da mulher para o enfrentamento da violência de gênero, sinalização dos relacionamentos abusivos e reflexões acerca do machismo, além do desenvolvimento de estratégia de conhecimento e promoção de direitos das mulheres. Tendo como objetivos específicos proporcionar as mulheres o diálogo por meio dos princípios da amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e empoderamento, e construir, com as mulheres, espaço para discussão e esclarecimento sobre a Lei Maria da Penha e as Redes de proteção.

LEI MARIA DA PENHA E O JOGO DO ESPELHO

A lei Maria da Penha é regulamentada pelo dispositivo legal nº 11.340/2006, criada em 07 de agosto de 2006, configura-se como um dispositivo de lei para coibir e prevenir a violência contra a mulher no contexto doméstico e familiar, bem como, na relação íntima de afeto. Conforme disposto no Artigo 5º da citada lei:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL,2006).

A referida Lei desmistificou o conceito de que a violência contra às mulheres está relacionada somente a violência física, no artigo 7º da lei Maria da Penha estar enumeradas as 5 (cinco) formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física que se caracteriza pelo o uso intencional de agredir fisicamente, podendo deixar ou não marcas físicas; a violência moral que está relacionada ao ato de caluniar, difamar ou pela injúria; baseada nas atitudes que causem impactos negativos na saúde mental e prejudique emocionalmente a mulher; a violência patrimonial configurada quando o agressor destrói parcial ou totalmente causando danos aos objetos: documentos pessoais; bens materiais da mulher. a violência sexual ocorre quando a mulher é submetida a presenciar, manter ou participar de ato sexual de maneira forçada, também é considerada violência sexual a proibição da mesma ao acesso e uso de método contraceptivo, contrair matrimônio de forma alheia a sua vontade e à gravidez, praticar aborto ou a prostituição.

O capítulo I, Art. 8º e § 1, da Lei Maria da Penha (2006), preconiza a integração operacional do poder judiciário, Ministério e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. Subsidiando a criação da Operação Ronda Maria da Penha na cidade de Salvador, em 08 de março de 2015, a partir do Termo de Cooperação Técnica entre as Secretarias de Segurança Pública e de Política para Mulheres o Tribunal de Justiça da Bahia, o Ministério Público do Estado da

Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia, para o enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres no Estado da Bahia, inaugurada em 2017, na cidade de Itabuna.

Atualmente, a Ronda Maria da Penha é coordenada pela Ten PM Naligya e dispõe de 12 policiais capacitados para realizar o atendimento humanizado as assistidas ou atendidas, com a missão prioritária de prestar assistência a mulheres que romperam o ciclo da violência e deram entrada no sistema judicial do Estado. Desta maneira, zelando para que a Medida Protetiva de Urgência seja cumprida, atuando na repreensão quando ocorre o descumprimento de ordem judicial e no encaminhamento das vítimas à Rede de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica.

Além disso, são realizadas ações educativas para “promoção de campanhas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral”. Nesse viés a RMP (Ronda Maria da Penha) conta com duas oficinas inovadoras, A Ronda para homens e Jogo do espelho, ambos idealizados pela Major PM Denice Santiago.

Figura 1-Imagem do tabuleiro utilizado no Jogo do Espelho



Fonte: (PMBA,2018)

O Jogo do Espelho de maneira simples, tem como objetivo despertar nas mulheres as práticas abusivas realizadas pelo gênero masculino, e também possibilitar discussões acerca da Lei Maria da Penha e seus tipos de violência, além das Medidas Protetivas de Urgências a Rede de apoio à Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica Familiar. Como apresentado na (figura 1).

Para entendermos como funciona as partidas do jogo do espelho, descreveremos abaixo conforme (Santos,2018):

A cor da casa determina o tipo de violência que será descrito na carta. Em cada rodada, as mulheres são confrontadas com as situações de violência e vão avançando ou retrocedendo no circuito de acordo com as respostas que dão: as respostas positivas, que fazem as mulheres avançarem no jogo, são aquelas em que elas reconhecem a violência ou dizem que vão procurar algumas das instituições que compõem a rede de atendimento; as respostas negativas, que fazem as mulheres retrocederem no jogo, são aquelas em que elas não reconhecem a situação descrita como violenta e naturalizam ou aceitam o fato. Nos casos em que a resposta descrita na carta envolve buscar alguma das unidades da rede de apoio, há um card específico para a instituição, que descreve brevemente como ela atua, quais os tipos de serviços oferecem e como pode ser acessada. (PMBA SANTOS, 2018)

A partir de cada rodada as mulheres também dialogam entre si, apresentando outras situações semelhantes a cada situação discutida no jogo. A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) estima que, uma em cada três mulheres no mundo sofre violência física ou sexual, principalmente por parte de seus parceiros, resultando em consequências negativas no estado de saúde mental, biológica e reprodutiva da mulher que a vivencia (OPAS, 2017).

O CONTEXTO DO NEP E O JOGO DO ESPELHO E A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

O Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos foi fundado em 06 de agosto de 2018, no Território Litoral Sul em

Ilhéus/Bahia, com a união de um grupo de educadores populares, professores universitários, aposentados e colaboradores interessados em promover uma educação pautada no legado de Paulo Freire. Durante estes três anos, nós membros do NEP, realizamos diversos processos educativos em espaços formais (escolas, universidades) e não formais (ONGs, praças públicas, assentamentos), reconhecendo o nosso papel social como um núcleo popular. Ainda não estamos legalizados como uma entidade institucionalizada, por acreditar que precisamos nos fortalecer como membros, em prol de nossas metas educacionais, mesmo sem ter a legalização nos reunimos e construímos nosso Projeto Político Pedagógico contendo objetivo geral:

Fomentar conhecimentos, aprendizagens na Educação Popular nos processos educativos, visando a troca de saberes e a dialogicidade, a partir da interação entre educadores educandos e comunidades na perspectiva freireanos”. (PPP-NEP: diálogos freireanos, 2018, p. 10).

E dentre um dos nossos objetivos específicos trazemos aqui apenas um deles: “Fortalecer o diálogo entre as práticas populares e as trocas de saberes da cultura popular, nos movimentos sociais, entre as comunidades e as redes solidárias de cuidado e promoção da saúde”.

O NEP dialoga com a perspectiva da Educação Popular em Saúde-EPS por acreditar que buscamos os mesmos princípios políticos e metodológicos freireanos, que está educação apresenta:

um conjunto de princípios orientadores de trabalhos sociais, de práticas profissionais e de ações populares construídas para envolver as pessoas, sensibilizá-las, mobiliza-las e articular espaços de diálogo, negociação e compartilhamento de experiências. Nesses espaços, por meio da participação protagonista das pessoas e da construção de vínculos solidários entre elas, vislumbram-se estratégias, individuais e coletivas, de enfrentamento e superação dos problemas sociais, e, essencialmente, constroem-se processos de aprendizagem para viver melhor. (CRUZ, 2020, p. 22-23)

Foi com intuito de contribuir com uma educação pautada em processos educativos em prol da conscientização e emancipação dos sujeitos nos direitos humanos que o NEP vem realizando nossas rodas de conversas *online* sobre a temática da prevenção contra a violência, fundamentada na concepção de Freire (2016, p.57) “A conscientização não tem como base uma consciência, de um lado, e um mundo de outro; aliás, ela não busca tal separação pelo contrário está baseada na relação consciência mundo”.

Nós membros do NEP também reconhecemos as contribuições e os encaminhamentos propostos PNEPS-SUS (2013), para corroborar com nossos processos educativos no que tange as temáticas discutidas no campo da saúde ao compreender suas proposições:

A PNEPS concebe a Educação Popular como práxis político-pedagógica orientadora da construção de processos educativos e de trabalho social emancipatórios, intencionalmente direcionada à promoção da autonomia das pessoas, à horizontalidade entre os saberes populares e técnico-científicos, à formação da consciência crítica, à cidadania participativa, ao respeito às diversas formas de vida, à superação das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminação, violência e opressão. (BRASIL,2013 p.9)

Baseado na concepção do PNEPS (2013) e teoria do conhecimento proposto por Paulo Freire nos movimentos sociais, nas comunidades rurais, ressignificamos o Círculos de cultura e as Rodas de Conversa, tendo em vista os saberes populares e as concepções técnico-científicas, partimos do reconhecimento dos saberes prévios das mulheres no que tange a violência doméstica, na busca da construção de uma consciência que desconstrua a “*concepção ingênua*” para a uma “*concepção crítica*” (categorias fundantes em Freire),

Mais do que nunca nesses dois anos pandêmicos buscamos através de pequenas ações realizar a utopia que nos propôs Paulo Freire, em suas ações comunitárias e educativas. De acordo com Paulo Freire (2016, p.52) a utopia “não consiste no irrealizável, nem é idealismo, mas, sim, a dialetização dos atos de denunciar e anunciar

os atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante”.

Ao Esperançar no ser humano, acreditamos que se as mulheres se perceberem em situações de opressão e buscarem na/com a reflexão coletiva os caminhos para sua própria emancipação, estaremos cumprindo nossa perspectiva educacional pautada em Freire (2005, p.86) “a busca do *ser mais*, não pode realizar-se no isolamento no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existirem, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas”.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DO JOGO NO NEP

A metodologia escolhida pelo NEP é do Círculo de Cultura, adotamos as rodas de conversa externa e interna e os processos formativos internos e externos, esta metodologia está baseada nos princípios de Paulo Freire, utilizados desde 1960 em comunidades rurais e espaços informais, e como Círculo de Cultura CCIn defendemos que:

Neste espaço os membros refletem sobre temas geradores a serem dialogados nas comunidades, bem como, ensinam/aprendem técnicas de artes, utilizando materiais reutilizáveis. Além disso, nos círculos de cultura interno os membros vivenciam a elaboração de materiais para serem trabalhados nos círculos de cultura externo. (PPP-NEP: diálogos freireanos, 2018, p.17)

Para esta atividade escolhemos o Círculo de Cultura interno pois entendemos que os membros do NEP precisam conhecer, dialogar e compreender a temática e a problemática acerca da violência contra a mulher, além das fases do Jogo do Espelho, para realizar o jogo com outras mulheres nos Círculos de Cultura externos nas comunidades locais.

Convidamos para mediar o Círculo uma Assistente social, Pedagoga e membro do NEP, que já vem desenvolvendo o Jogo do Espelho em outros espaços, a ação foi realizada através do aplicativo *Meet*, durante três horas, em dois encontros de reflexão com o Jogo

do Espelho. Ao finalizarmos a roda de conversa foi solicitado às participantes que respondessem no formulário Google, suas impressões sobre a aplicação do jogo do espelho e solicitamos também o direito a divulgação através do Termo de Livre Esclarecimento.

O NEP tem como premissa a organização das atividades a serem realizadas em uma ficha de planejamento, fundamentada nos princípios freireanos com temas geradores e a problematização, como apresentaremos na tabela 1. O jogo do espelho propõe como regra, que as jogadoras se reúnam em coletividade sem a presença física ou virtual de seus parceiros (as) para que estas se sintam com liberdade para expor suas vivências.

Durante o jogo cada mulher escolheu uma cor, a qual foi sorteada contendo uma carta em que apresenta situações de violência: física, emocional, psicológica, patrimonial, moral ou sexual vividas por mulheres. A fim de compreendermos um pouco mais sobre a metodologia do Jogo do espelho, fundamentamos este conceito na discussão da Santos (2018) abordado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Casoteca FBSP (2018).

premissa que orienta a metodologia do Jogo do Espelho é a ideia de espelhamento, um conceito mobilizado a partir da psicologia social, que envolve a tática de espelhar os dramas e os sofrimentos de ordem pessoal em algo alheio ao indivíduo para que este possa iniciar seu processo de reconhecimento nestas situações.(SANTOS,2018,p.55)

Este é o grande diferencial desta ferramenta educativa lúdica, pois propicia as mulheres o espelhamento ao olhar para si mesma diante das situações colocadas no jogo e na vida das participantes.

O JOGO: ESPELHO DE SI MESMA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O NEP vem desenvolvendo processos educativos com os membros em comunidades locais principalmente mulheres, buscando constituir-se em um espaço de luta contra todo os tipos de

discriminação sejam estas étnica, de gênero ou raça, principalmente por ter como base a teoria do conhecimento proposta por Paulo Freire, que nos deixou em seu legado diversos exemplos de processos educativos libertadores.

Nós membros do NEP não poderíamos pensar e fazer diferente, pois a luta para uma emancipação dos opressores é um processo lento e árduo, e esta libertação não se dá a partir dos opressores, mas, sim da união dos oprimidos em busca de sua própria conscientização e libertação das opressões vivenciadas em sua realidade.

Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* afirma que: “[...] quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais do que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação que não chega pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela (p.34) ”.

A nossas práxis no NEP, nos propõe a refletir a ação no planejamento coletivo realizado antes do Círculo de Cultura, por isto organizamos nossa ficha de cultura (figura 1), para estabelecer nossos registros e as palavras geradoras que abriram o debate e desencadear os diálogos.

Quadro 1. Ficha de cultura do NEP

Círculo de Cultura: JOGO DO ESPELHO: estratégia lúdica de empoderamento da mulher.	
 Mediadores 	Membro do NEP, Pedagoga e Assistente social e Polícia Militar
Momento de Abertura	Breve apresentação do Núcleo ,seguida de apresentação da proposta do Círculo de cultura (5min.).
Tema Gerador	Violência doméstica, Relacionamento abusivo, Empoderamento da mulher.
Objetivo	Proporcionar as mulheres o diálogo por meio dos princípios da amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e empoderamento; Construir, com as mulheres, espaço para discussão e esclarecimento sobre a Lei Maria da Penha e as Redes de proteção.
Roda de	Levantamento dos conhecimentos prévios sobre: Violência

conversa inicial	doméstica, Lei Maria da Penha e Rede de proteção. Questão norteada: O que é violência doméstica, a Lei Maria da Penha e Rede de Proteção para você? O que podemos dizer sobre o tema empoderamento? Quem pode contar um caso de violência doméstica já vivenciada?
Metodologia	Círculo de Cultura; 1º Momento: Apresentação do Jogo do Espelho como ferramenta lúdica de sinalização de relacionamento abusivo e empoderamento das mulheres. 2º aplicação do “Jogo do espelho”. Palavras geradores: Relacionamento abusivo, Lei Maria da Penha, Rede de Proteção e Empoderamento feminino, autoestima.
Recursos humanos	Membros do NEP: diálogos freireanos e convidados
Recursos materiais	Jogo do Espelho
Roda de conversa final	Roda de conversa final, refletir coletivamente como cada participante se sentiu participando do jogo (20 min.)
Referências	BRASIL, Lei nº. 11.340 , de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42. ^a edição

Fonte: Arquivo do NEP

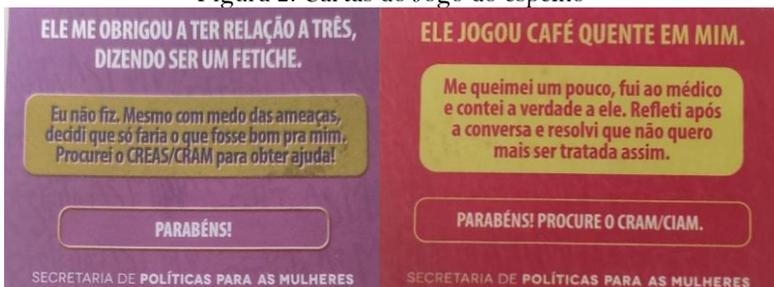
À escolha deste tema se deu pelo grupo ser constituído de 90% de membros mulheres e principalmente da necessidade de dialogarmos e reconhecermos as sutilezas das violências sofridas pelas mesmas, por parte de seus parceiros por meio de simples palavras que culturalmente foram destruindo a autoestima e a autoconfiança das mesmas, legitimadas por uma sociedade machista e preconceituosa.

O Jogo do espelho se utiliza justamente de situações vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos, nas situações por vezes as palavras são tão normatizadas em nossa sociedade machista que as mulheres nem se dão conta de que estão sofrendo violência moral por exemplo quando uma mulher é tratada como burra, ou que ela está gorda, ou feia.

Fizemos uma adaptação para desenvolver o jogo em formato *online*, pois o jogo tem duas opções o físico em forma de tapetes (confeccionado com material de banner) e o tabuleiro menor, que foi utilizado para a roda de conversa *online* no *meet*, em que cada jogadora escolhia uma cor para iniciar a jogada, a mediadora lia a pergunta ou situação de violência contra a mulher descrita na carta.

Após este momento a jogadora respondia a situação apresentada e as demais mulheres participantes também defendendo seu ponto de vista ou apresentando uma outra situação relacionada com a questão apontada. Esta roda de conversa aconteceu durante dois momentos *online* em datas diferentes, pois a temática suscitou muitas discussões. A baixo apresentamos duas cartas do jogo do espelho que foram sorteadas durante a nossa roda de conversa *online*.

Figura 2. Cartas do Jogo do espelho



Fonte: Jogo do Espelho (PMBA)

A cada rodada em que as cartas e as situações de violência eram apresentadas e discutidas observávamos que muitas de nós já havíamos vivenciado algum tipo de violência, porém algumas mulheres também acreditavam que eram apenas palavras ditas em momentos de raiva, de seus companheiros (as). Abaixo apresentamos um relato de uma carta do jogo do espelho.

Uma vez resolvi sair para procurar trabalho. Ele questionou dizendo: “Trabalhar para quê? Eu coloco tudo dentro de casa”. Ele viu minha foto no Face book e não gostou. Chegou em casa e foi logo quebrando meu celular. Toda vez que eu passo na rua as pessoas me apontam e falam: “Lá vai ela traír o pobrezinho”...Quando perguntei me disseram

que ele falou no bar para todos ouvirem que eu o traía. (Situações descritas nas cartas do Jogo do Espelho, PMBA, 2018)

Sentimos por vezes que havia um certo constrangimento, em nós mulheres ao afirmar que tais situações já haviam acontecido conosco, pois muitas de nós, mulheres do Nep nos considerávamos emancipadas e libertas, sentimos o impacto desta cultura machista naturalizada em nossa sociedade, e por vezes até estimulada por nossas genitoras, devido a toda opressão que receberam de geração em geração.

Diante deste contexto sentimos a necessidade em dialogar, cada vez mais nos aproximando da Educação Popular em Saúde, com seus princípios emancipatórios, como nos propõe Batista e Vasconcelos (2018).

a ética freiriana encontra-se associada a sentimentos como o amor, a indignação e a esperança. Seu agir ético valoriza o que é construído a partir dessas emoções. Tais sentimentos motivam aos educadores e educandos a investir no protagonismo coletivo e articularem-se na luta política pela concretização de transformações sociais a serem desenvolvidas a partir dos próprios oprimidos. (BATISTA E VASCONCELOS, 2018, p.219).

Corroboramos com Batista e Vasconcelos (2018), ao promover momentos de reflexões coletivas durante o jogo do espelho, investindo justamente no protagonismo das mulheres. Ao final das rodas de conversa, encaminhamos um formulário (google) com a seguinte questão: como você se sentiu ao participar desta atividade?

me deparei com vários momentos em que percebi a violência vivenciada por muitas mulheres em pequenas ações cotidiana pelos homens. Mais consciente e reflexiva. Acolhida, cuidada, empoderada e informada. Me senti bem à vontade, o tema importante e necessário (relato das mulheres do NEP,2021)

Esta resposta nos traz a percepção de que o tema suscita um processo de tomada de consciência nas mulheres e deve ser dialogado, cada vez mais, com um maior número de mulheres, nossa intenção

não é construir uma relação de ódio com os opressores, mas, propiciar que as mesmas se reconheçam como oprimidas e se empoderem para buscar caminhos possíveis para sua libertação, construindo auto estima e autoconfiança. Freire (2016, 101), nos alerta que: “quase sempre durante a fase inicial da luta, os oprimidos, em vez de lutar pela libertação, tendem a se tornarem, eles próprios os opressores ou sub opressores”.

Neste momento pandêmico Boaventura de Souza Santos, discute em seu livro a *Cruel Pedagogia do Vírus*, o quanto as mulheres estão vulneráveis.

Qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população. [...]É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. (SANTOS,2020 p.15)

Em tempos de pandemia a violência doméstica vem apresentando alto índice de violência doméstica, principalmente devido ao isolamento sócio espacial, o que imobiliza ainda mais as mulheres de saírem deste espaço opressor. Outra questão encaminhada para as mulheres foi: se e como a experiência contribuiu para seu empoderamento, em que sentido? E quais contribuições nos trouxeram?

Sim, pois me possibilitou compreender como as violências às vezes são silenciadas e ou negligenciadas pelo entendimento que são coisas naturais, só que não são.

Sim, ouvir as experiências de outras mulheres faz me sentir mais segura em não aceitar no meu cotidiano ações característicos de relacionamento abusivo.Sim. Importante essa escuta ativa, prestar atenção aos sinais silenciosos tido como bobagem do discurso machista só por que é por que é homem. Sim. De ter conhecimento do que seja violência contra a mulher que não é apenas física, mas em outros contextos gritantes como: moral, patrimonial, psicológico, sexual.

Percebemos que ao refletirem sobre momento o vivenciado no jogo do espelho as as mulheres constroem em si um empoderamento,

que é um processo de reconhecimento de sua autoconfiança, De acordo com Joice Berth (2019), Paulo Freire apresenta uma discussão essencial para entendermos o empoderamento;

O educador é da tradição de pensadores e pensadoras que refletem a partir da realidade concreta, concebendo, assim, a Teoria da Conscientização como prática para a libertação e de estratégias de atuação de grupos oprimidos. Ao contrário de Julian Rappaport, Freire não acredita que é necessário dar ferramentas para que grupos oprimidos se empoderem; em vez disso, afirma que os próprios grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora (Berth, 2019, p.28)

Além da percepção do empoderamento o desvelamento da realidade foi outra questão apresentada nos relatos das mulheres do NEP, no que concerne aos sinais de violência, bem como o reconhecimento dos diferentes tipos de violência contra a mulher e de estarem atentas a não aceitação de comportamentos parecidos, desta forma percebemos os *inéditos viáveis* acerca das relações opressoras na violência contra as mulheres. Freire nos ensinou que:

[...] os temas se encontram encobertos pelas “situações-limite” que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face as quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens [e mulheres] não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável”. (FREIRE, 2005, p. 110)

Nós membros do NEP comungamos com os princípios propostos por Freire, e estamos atentas as questões que surgem das situações limites nos diálogos entre as mulheres nas comunidades em que atuamos, para trazeremos o diálogo em comunhão com homens e mulheres em nossos processos educativos. A nossa última questão perguntada às mulheres foi: na sua opinião, o que podemos desenvolver no NEP, para prevenir a violência de gênero?

trazer cada vez mais mulheres para vivenciar estas rodas de conversas bem como construir cards, folhetos, boletins informativos contando estas situações e os tipos de violência vivida por mulheres.

dialogar com outras mulheres, desenvolver ações como essas para que mais e mais mulheres possam ter a oportunidade de identificar as violências. Ações educativas continuas com ambos o gênero.

Escuta ativa .um comprometimento humanizado uma mulher para ouvir as queixas. Por que chegar no espaço e ser ouvida por um homem inibe a vítima. Ter Ronda Maria da Penha mais efetiva.

Palestras com as mulheres, família, comunidades e comunidades escolar, na formação de professores, porque esses serão multiplicadores que irá contribuir além da sala de aula.

Destacamos nestas reflexões o aspecto da alteridade, o olhar para o outro, a escuta sensível, e o diálogo em comunhão sempre. Segundo Sérgio Trombetta (2010) para Freire, “o outro é lugar desde onde é possível começar, pela via do diálogo amoroso, um processo de humanização, de libertação e reconhecimento da alteridade em sua dignidade”.

Portanto só através da educação em um processo ético, político e amoroso comprometido com a humanização do outro é que vamos construir um caminho para esta alteridade e emancipação humana das mulheres vítimas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, que apesar da Lei Maria da Penha ter completado 15 (quinze) anos ainda nos deparamos com a falta de informação das mulheres sobre a sua efetivação, o que comprovam a relevância ao propor espaços e processos educativos que abordem essa temática. Outro ponto que merece destaque (abordado na roda de conversa) foi a violência psicológica, violência pouco percebida pelas mulheres em seus cotidianos.

A partir das problematizações apresentadas durante o jogo do espelho, foi perceptível que a violência doméstica é multifacetada complexa e muitas vezes naturalizada, a falta de informação reforça ainda mais este processo opressor, justamente por vivermos em um

sistema patriarcal e machista, compartilhado por muitos homens e mulheres ainda em nossa sociedade.

Durante o Círculo de cultura, ressaltamos os princípios preconizados na Educação Popular em Saúde através da amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, e emancipação, tivemos reflexões importantes discutidas na oralidade e relatadas pelas mulheres, além de diversas experiências pessoais que enriqueceram o diálogo, oportunizando esses momentos de troca, favorecendo o empoderamento feminino e o cuidado com a saúde biopsicossocial.

Ainda temos um longo caminho a respeito da efetivação de políticas para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, para que as mesmas acessem a rede de proteção, fomentando assim apoio, minimizando as mais variadas situações de vulnerabilidade social, emocional e psicológica que as vítimas são submetidas.

O jogo do espelho escancara estas dores, mas também aponta caminhos para buscarmos apoio psicológico, assistência social e jurídica, para nos fortalecermos e nos libertarmos destes comportamentos abusivos que tanto nos oprimem.

Desta forma o NEP lançou em nosso Círculo de cultura uma pequena semente ao propiciar a reflexão e o empoderamento de nós mulheres membros do NEP na luta contra o feminicídio e a favor da tomada de consciência de nós mesmas, quando jogamos com o espelho vimos os reflexos das chagas que tanto nos machucam com todo o tipo de violência que nos cerca desde a infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS). Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BATISTA, Patrícia Serpa de Souza. VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Caminhos de uma pedagogia freiriana para a formação ética no ensino universitário em saúde**. IN: Educação Popular em

Saúde: desafios atuais / organização Pedro José Santos Carneiro Cruz – 1 ed. – São Paulo: Hucitec, 2018. 331 p.; 21 cm (Saúde em debate; 281)

BERTH, Joice **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

CASOTECA FBSP-Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. – (Série Casoteca FBSP, v. 2). 212p. IN: SANTOS, Thandara **Ciranda Rural e Jogo do Espelho com a Ronda Maria da Penha Salvador (BA)**, 2018.

CRUZ. Pedro José Santos Carneiro. **Educação popular em saúde, seus caminhos e desafios na realidade atual brasileira** organização– 1 ed. – São Paulo: Hucitec, 2018. In: CRUZ, P. J. S. C Educação Popular em Saúde Desafios Atuais., 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

_____. **Conscientização**. Cortez Editora, 2016.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde nas Américas+, Edição de 2017**. Resumo do panorama regional e perfil do Brasil. Washington, D.C.: OPAS; 2017.

PPP. Projeto Político Pedagógico. Núcleo de Educação Popular: diálogos freireanos. 2018.

SANTOS. Boaventura Souza. **A Cruel Pedagogia do vírus**. EDIÇÕES ALMEDINA, S.A. 2020.

TROMBETTA, Sérgio. **Alteridade**. IN: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Org.). Dicionário Paulo Freire. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

**NOSSOS PARCEIROS NA REALIZAÇÃO DO EVENTO
CONHEÇA AQUELES QUE APOIAM E FAZEM COM QUE
ACONTEÇA NOSSO EVENTO**



CÁTEDRA UFPE
PAULO FREIRE

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO**



**Centro de Educação
Universidade Federal
de Pernambuco**

CE

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROEXC

**PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA**



FAFIRE

Tradição e Modernidade

SINTEPE

CM & CUT



Campus 
AGRESTE



55 21 2513-5228 / 2513-5227

www.juarezfariasjr.com.br

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

**Centro de Artes e
Comunicação
Universidade Federal
de Pernambuco**



**Fórum Municipal
de Educação de
CARUARU**



**Centro Acadêmico
de Vitória
Universidade Federal
de Pernambuco**



ALEPE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa de Todos os Pernambucanos





Universidade Federal do
Agreste de Pernambuco



Autarquia Educacional de
Afogados da Ingazeira





Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Ceará - FEJA/CE



Campanha Latino-Americana e Caribenha em Defesa do Legado de Paulo Freire





PAULO FREIRE
100 ANOS...

**DA LEITURA DE MUNDO À
EMANCIPAÇÃO DOS POVOS!**

16 A 18 de setembro de 2021
RECIFE - CAMPUS DA UFPE

